

Santander Cultural e a Exposição Queermuseu: Um Debate Entre Arte e Censura¹

Douglas STOLFO²

Jessica LONGO³

Andre da Silva PEREIRA⁴

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS

Resumo

O presente artigo analisa o caso da exposição Queermuseu realizada pelo Banco Santander em Porto Alegre, e, a partir de uma revisão bibliográfica, faz um resgate à censura no Brasil, com um recorte específico para o meio artístico. Será discutido também, com base em pesquisa qualitativa, a percepção de alunos e professores da FAC (Faculdade de Artes e Comunicação), da Universidade de Passo Fundo, acerca do tema.

Palavras-chave: publicidade; comunicação; censura; arte; Santander.

Introdução

O recente ataque à exposição de arte *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, na cidade de Porto Alegre/RS, em 2017, trouxe novamente à tona um assunto muito discutido: arte e censura. Buscando compreender esta relação, este artigo aborda conceitos acerca da arte, sua função e formas de julgamento, bem como casos em que houveram repressões no meio artístico, preconceitos e censura propriamente dita.

Quando ocorrem casos de censura, o subconsciente logo remete ao período da ditadura militar, pois conforme Fico (2002, p.253) “a lembrança da censura sempre permanece associada ao último período no qual ela existiu, sendo compreensível, portanto, que, na imprensa e entre os mais jovens, a menção ao assunto remete imediatamente ao regime militar”.

¹Trabalho apresentado na IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda da FAC-UPF, e-mail: 92105@upf.br

³ Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda da FAC-UPF, e-mail: 112313@upf.br

⁴Professor Mestrado Administração PPGAdm/UPF, Dr. Ciências Econômicas, Pesquisador CEPEAC/FEAC/UPF, Professor curso Publicidade e Propaganda FAC/UPF, e-mail: andresp@upf.br

Muito além dos motivos políticos, a história mostra que houveram outras maneiras de se fazer censura, e o presente recorte se faz em relação a movimentos artísticos. Parte-se do sexismo que sempre existiu, e o preconceito com obras de artistas mulheres, que eram inferiorizadas, o que as ausentou da História da Arte. Correia (2014) aponta outros motivos como estereótipos, preconceitos morais, políticos, religiosos, nacionalistas, estéticos e comerciais, “muitas vezes é uma questão de gosto, de incompreensão do que é diferente, ou de dogmatização de cânones, como sucede por exemplo em relação às convicções religiosas ou políticas” (CORREIA, 2014, p. 108).

Tendo em vista que estas formas de preconceito não deixaram de existir, aborda-se como caso a Bienal de São Paulo, mais especificamente as edições de 2010 e 2014, onde artistas como Nuno Ramos e o Coletivo Boliviano Mujeres Creando foram alvos de ataques e boicotes. E mais recentemente, em agosto de 2017, a exposição promovida pelo Santander Cultural.

A exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, exibida pelo Santander Cultural de Porto Alegre, de acordo com artigo publicado pelo site Obvious Magazine (2017) “explora a expressão de gênero e a diferença na arte brasileira por meio de um conjunto de obras que percorrem um arco histórico de meados do século 20 até a contemporaneidade”. Após protestos nas redes sociais, a exposição foi cancelada pelo próprio Banco Santander. Conforme artigo publicado no site El País (2017), “na visão dos manifestantes, a mostra fazia apologia à pedofilia e zoofilia além de ser ofensiva à moral cristã”.

Arte e censura no Brasil

Uma questão frequentemente abordada, consiste em definir “o que é a arte” e o presente artigo traz definições sob diferente pontos de vista. Para Tosltoi *apud* (Gabellieri 2010, p.44) “a arte é uma atividade humana que consiste em um homem passar a outros intencionalmente e por meio de certos sinais externos, sentimentos que ele viveu e de os outros serem infectados por estes sentimentos e também os experimentarem”. Para Bosi (1985, p.13) ela é um fazer, é “um conjunto de atos pelas quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza e pela cultura. Nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim, pode-se chamar artística”.

Esta relação entre homem e natureza se dá conforme a visão do artista, e Azevedo Junior (2007, p.6), traz à tona que a arte produzida pelo ser humano não precisa mostrar exatamente “como as coisas são mundo natural ou vivido e sim, como as coisas podem ser, de acordo com a sua visão” e que a sua função “não está no retrato fiel da realidade, mas sim, na representação simbólica do mundo humano”. Para um entendimento da obra de arte, deve-se levar em conta estes pontos fundamentais. Conforme Correia (2014), “a obra de arte tem um código cultural de que o consumidor deve fazer uso, para a decifrar”.

Se voltar a atenção para a relação entre arte e emoção, a partir de Gabellieri (2010) pode-se considerar que:

“é o sentimento, a emoção vivida pelo artista que está na base da criação da obra e, nesse sentido, atribuem valor a uma obra a partir da sua obra. Por sua vez, acreditam também que é essa mesma emoção que é despertada e vivida pelo público e que é nesta relação que reside o valor da arte. Ora, estas perspectivas levantam-nos sérias dificuldades: o que fazemos então quando desconhecemos a causa que levou à criação da obra? Quando desconhecemos o autor? Parece-nos mais razoável julgar o mérito de uma obra pelas características que encontramos nela, independente da sua causa, das experiências emocionais vividas pelo autor” (GABELLIERI, 2010, p.38).

Em Fabris e Fabris (1995, p. 16) um resgate a Graciliano Ramos e Cândido Portinari revela que para eles “a arte é antes de tudo um ato de consciência crítica, a arma da qual dispõem e se servem para que o homem possa ter uma existência mais digna, longe de visões puramente esteticistas”. Pode-se perceber seus anseios a partir da carta escrita por Graciliano à Portinari em 18 de fevereiro de 1946, no Rio de Janeiro:

“Dizem que somos pessimistas e exibimos deformações; contudo as deformações e essa miséria existem fora da arte e são cultivadas pelos que nos censuram. O que às vezes pergunto a mim mesmo, com angústia, Portinari, é isto: se elas desaparecessem, poderíamos continuar a trabalhar? Desejamos realmente que elas desapareçam ou seremos também uns exploradores, tão perversos como os outros, quando expomos desgraças?” (FABRIS e FABRIS, 1995, p.16-17).

Com base em Bourdieu e seu conceito de habitus, Correia (2014, p.9) menciona que “o gosto embora seja uma faculdade subjetiva de julgar as obras de arte, é também um fenômeno coletivo, dependente de fatores sociais, pela adesão às experiências estéticas próprias de um grupo”. Esse julgamento ao qual se refere, está vinculado ao deparar-se com estranhamentos, pois “o que é diferente, demasiado diferente, muito

criativo, e imaginativo, pode também ser encarado como transgressivo. Em consequência disso surge a contestação, a intolerância, a censura, a destruição de obras de arte, e a condenação dos artistas” (p. 108-109).

Ao falar de censura, não pode-se deixar de mencionar o momento brasileiro ao qual se associa com maior clareza que é a ditadura⁵. Isso acontece pois “a lembrança da censura sempre permanece associada ao último período no qual ela existiu, sendo compreensível, portanto, que, na imprensa e entre os mais jovens, a menção ao assunto remete imediatamente ao regime militar” (FICO, 2002, p.253). Segundo Martins (2016):

“O marco do recrudescimento do governo militar - e da própria censura promovida pelo regime - foi a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968. A partir desse instrumento legal, o Poder Executivo absorveu as funções do Poder Legislativo - decretando recesso legislativo em todas as esferas governamentais -, além de atribuir para si as prerrogativas de cassação de mandatos e suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. As medidas de segurança previstas, para o último caso, deram as bases jurídicas para a atuação sistemática da censura em veículos de comunicação” (MARTINS, 2016, p.20).

Conforme aborda Fico, a censura neste período, além da imprensa, abrangia também as diversões públicas, com o órgão DCPC (Divisão de Censura de Diversões Públicas) coibindo orgulhosamente o que era considerado imoral, e de maneira sigilosa o que contivessem temas políticos. A DCPC recebia algumas cartas do público em geral, com seus pedidos:

⁵ A ditadura civil militar brasileira foi um regime de governo que vigorou entre 1964 e 1985. Ao longo dos 21 anos do Regime Militar, cinco generais de exército presidiram o país, todos sem ter recebido um voto sequer do povo, eleitos de maneira indireta por um Congresso Nacional subjugado aos comandantes de plantão. É o que veremos brevemente neste capítulo (MARTINS, 2016, p.11).

⁶ De 1968 a 1972, diz-se terem sido os piores dos 20 anos que durou a ditadura militar no Brasil. 1968 ficou também conhecido como o ano do “golpe dentro do golpe”, quando setores representantes da linha dura dentro das Forças Armadas tomaram o poder e instauraram um regime de terror. Estes quatro anos ficaram marcados pela arbitrariedade das prisões, torturas, desaparecimentos e exílios. A arte do período – qualquer que seja a linguagem que tomemos, pintura e artes plásticas em geral, teatro, cinema, poesia – está circunscrita a essa configuração sócio-histórica e comprova a generalização sociológica, já presente em Elias (1990) e tão visada por Michel Foucault (1996), ao afirmar que todo enunciado, inclusive os enunciados estéticos, todas as linguagens da arte se instauram a partir de suas condições de possibilidade, e essas são inelutavelmente históricas e políticas (MADEIRA, p.10).

“Prezada Censura e amigos” foi a fórmula encontrada por uma “senhora doente” para dirigir-se à DCDP. Ela, que não trabalhava, encontrara tempo para atender ao pedido de “umas 50 mães de família” de encaminhar solicitação para que fossem censurados os programas de TV que contivessem “bandalheira, falta de moral e falta de respeito”.⁹² Dizer-se “mãe de família”, “idosa”, “pai de adolescentes”, “cinqüentenário”, tanto quanto defender os “indefesos” — aí incluídos os velhos, as crianças e as mulheres — era a maneira que os remetentes encontravam para apresentarem-se autorizadamente diante do poder público (FICO, 2002, p. 269-270).

Estes pedidos, conforme Fico (2002) eram motivados em boa parte pelo que a televisão exibia, desde filmes violentos, novelas que iam contra a “moral” e os “bons costumes”, menção à drogas até todo tipo de “categoria” desrespeitada pelos programas, em que os pedidos eram motivados por preocupações particularistas:

“enfermeiras retratadas como prostitutas, gaúchos atacados por supostas ofensas morais, professores de educação física descritos como simples cultivadores da boa aparência, portugueses eternamente descontentes com piadas contadas por humoristas brasileiros, policiais representados como corruptos, bem como várias cartas pedindo censura para maus-tratos sofridos por animais, fossem cães, gatos, cavalos ou sapos” (FICO, 2002, p. 272).

Ao longo da história “a imposição da censura e de práticas censórias foi justificada pelo ‘nosso’ interesse, pela defesa dos interesses dos cidadãos ou, mais exactamente, dos súbditos. Quem decide a censura ou a executar, fá-lo sempre em ‘nossa’ defesa, pelo ‘nosso’ bem” (CALDEIRA, 2008, p.9). E quando se trata de censura da imprensa e das artes, “é uma realidade de muitos e diferentes contornos, com justificações e práticas as mais variadas, mas sempre com uma receita segura: defender os nossos espíritos de influências malélicas” (CALDEIRA, 2008, p.10).

Uma das práticas censórias decorrentes na história foi em relação ao sexismo, que afirma Correia (2014, p.105) ser uma “atitude contra a democracia”. Na pintura, conforme Correia (2014, p.103) sempre houveram mulheres artistas, entretanto sua arte era um “mundo à parte, algo marginal e menor”, pois o olhar imposto sempre foi o da hegemonia masculina, “e essa ideologia sexista foi responsável pela ausência das mulheres na História da Arte”, julgando sua arte como inferior e não criativa. Também durante séculos “as mulheres foram excluídas do ensino artístico, não podiam servir-se de modelos nus, nem fazer parte duma Academia de Arte. [...] As mulheres que pintavam temas mais sérios, e que tinham grande talento, para se afirmarem não

assinavam os seus nomes, ou mudavam-nos para pseudónimos” (CORREIA, 2014, p.103-104). Ainda conforme ele:

“A intolerância e a rejeição de obras de arte por motivos religiosos teve também grande importância ao longo da História. Representar a imagem de Deus, em certos períodos da História do Judaísmo e do Islão, foi considerado como uma blasfêmia. Na cultura judaica e muçulmana, podia haver obras de arte sobre a divindade, mas não figurativas” (CORREIA, 2014, p. 107).

Existem ainda, conforme Correia (2014, p. 108), outros motivos do ponto de vista formal, estilístico e dos conteúdos das obras, para a rejeição das mesmas, como serem consideradas demasiado feias, realistas, vulgares, violentas, provocantes, etc. Em alguns casos “contesta-se mesmo que determinadas obras sejam consideradas como obras de arte” (CORREIA, 2014, p. 108).

“Nem sempre é fácil distinguir os motivos que levam a contestar, rejeitar, censurar e condenar as obras de arte, pois por vezes há motivos que andam associados a outros sendo não apenas um mas mais motivos, ou então são invocados determinados motivos que têm por trás outros motivos, como por exemplo estereótipos e preconceitos morais, políticos, religiosos, nacionalistas, e estéticos (quando se tem como modelo determinado estilo, ou determinada forma de representação artística), ou mesmo motivos comerciais. Muitas vezes é uma questão de gosto, de incompreensão do que é diferente, ou de dogmatização de cânones, como sucede por exemplo em relação às convicções religiosas ou políticas” (CORREIA, 2014, p. 108).

Em relação a preconceitos morais, conforme Bell (1914, p. 28, apud. Gabellieri, 2010, p.21) “a arte está acima da moral, ou melhor, toda a arte é moral, porque [...] as obras de arte são meios de acesso imediato ao bem. Quando, se julga uma coisa como obra de arte, atribuímos-lhe a maior importância ética e colocamo-la fora do alcance do moralista”.

Apesar de o sistema político atual ser uma democracia, as polêmicas, segundo Correia (2014, p.111) continuam, vindas da sociedade ou dos próprios meios artísticos, o autor cita como exemplo o fato de considerar-se depreciativamente determinada obra de arte como de mau gosto, ou Kitsch. Gabellieri (2010) faz distinção entre kitsch e arte:

“O kitsch distingue-se da arte por colocar o valor estético acima do ético, visa a resposta emotiva mais imediata, sem apelo à reflexão ou ao espírito crítico. Prefere o belo ao bem mas não procura a beleza como valor, mas sim o efeito desta, a sua capacidade de seduzir sem qualquer fundamento. Pior: o efeito estético produzido pelo Kitsch tem um efeito moralizante e racionalizante e estes dois factores constituem aspectos contraditórios com aquilo que constitui a função da arte. [...] O Kitsch é essencialmente democrático: é a —arte do aceitável, aquilo que não perturba o nosso espírito por uma transcendência fora da vida quotidiana. O Kitsch está ao alcance do homem, ao passo que a arte está fora de seu alcance, o Kitsch dilui a originalidade em medida suficiente para que seja aceite por todos” (GABELLIERI, 2010, p.42-43).

Ainda conforme Gabellieri (2010, p. 43), “A arte nada tem que ver com esta dimensão meramente estética que soa a falsa. A verdadeira arte é criada na busca do bem e este consiste na verdade das coisas, naquilo que os objectos são em si mesmos e não nas meras aparências”. Retornando ao pensamento de Correia (2014), em relação às atuais polêmicas:

“Por um lado, hoje existe da parte de certos artistas ou de certas obras de arte um estilo extraordinariamente arrojado, que uma parte do público considera por vezes como sendo provocações. Por outro lado, existe da parte do público falta de sensibilidade estética, de formação artística, de compreensão, e de espírito tolerante e democrático, em relação a muitas das obras de arte contemporânea. Por isso muita da arte contemporânea suscita uma reacção particularmente negativa, acarretando mesmo uma forte violência verbal, ou física” (CORREIA, 2014, p.111).

Albuquerque (2016) realizou um resgate a experiências de censura por parte de importantes instituições de arte, incluindo uma das mais importantes do Brasil, a Bienal de São Paulo, onde a análise se deu a partir das edições de 2010 e de 2014. Segundo o autor, no primeiro caso, a obra em questão é de Nuno Ramos, chamada “Bandeira Branca”, e foi boicotada sob o argumento de conter um grupo de animais vivos que estavam supostamente estressados com a proposta. A obra continha uma família de três urubus dentro de uma gigantesca gaiola, e junto a elas, caixas de som reproduziam as músicas “Bandeira Branca”, “Carcará” e “Boi da Cara-Preta”. Albuquerque trás o questionamento de Lorenzo Mammì em seu livro “O que resta: arte e crítica de arte” (2012) acerca desse episódio, onde busca uma justificativa aceitável que legitime a retirada dos urubus, pois segundo ele “nem a maioria dos envolvidos tem a menor ideia do que possa estressar um urubu” (MAMMÌ, 2012, p. 158, apud. ALBUQUERQUE, 2016, p.45). Segundo Mammì (2012) a vigilância sobre a obra de Nuno já vinha acontecendo.

“Pouco tempo antes do eventual boicote, o autor da pichação “Liberte os urubus”- que motivou as discussões da opinião pública sobre a integridade das referidas aves- já se manifestava contra a linha poética de Nuno, pois este não poderia abordar o lado sombrio do Brasil, já que era um burguês formado em faculdade” (MAMMÌ, 2012, p.158, apud. ALBUQUERQUE, 2016, p.46).

Conforme resgate de Albuquerque (2016), o próprio artista, Nuno Ramos, argumentou sobre o ocorrido na seção Ilustradíssima da Folha de 17 de outubro de 2010. “Sinto-me coibido, injustiçado e chocado, mas não posso dizer que fui censurado. E por entender que a forma que destruiu meu trabalho é legítima, quero divergir completamente dela”. Albuquerque (2016) acrescenta que:

“mesmo não reconhecendo o ato como de censura, o artista precisa reconhecer no mínimo o caráter de boicote. Afinal, a pressão pública e a opinião popular foram nesse caso os órgãos regulamentadores que mobilizaram a revogação de uma licença já dada anteriormente pelo mesmo órgão institucional que a cassou: o IBAMA (ALBUQUERQUE, 2016, p.46).

O segundo caso abordado por Albuquerque (2016) se deu com a obra Espaço Para Abortar⁷, do Coletivo Boliviano Mujeres Creando, e foi diagnosticada pela organização do evento como imprópria para menor de idade. No site oficial do coletivo as integrantes declaram que

“esta censura está disfarçada de um suposto argumento pedagógico que não existe, pois isso se trata de uma obra que foi criada justamente pensando num público massivo infantil e juvenil que visita a Bienal”, e ainda segundo o documento o Coletivo reconhece isso como “um ato de censura, que impede que durante as visitas as escolas utilizem a obra” (MUJERES CREANDO, 2014, apud. Albuquerque, 2016, p.46).

A exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*

No mês de agosto de 2017, a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* começou a ser exibida no Santander Cultural de Porto Alegre. De acordo com artigo publicado pelo site *Obvious Magazine*, a exposição “explora a

⁷ Espacio para abortar (2014) [Espaço para abortar] é uma intervenção urbana, procissão - performance pública e participativa, contra a ditadura do patriarcado sobre o corpo da mulher. (BIENAL DE SÃO PAULO, 2014, p. 31, apud. ALBUQUERQUE, 2016, p.52).

expressão de gênero e a diferença na arte brasileira por meio de um conjunto de obras que percorrem um arco histórico de meados do século 20 até a contemporaneidade”⁸.

A exposição foi cancelada pelo Banco Santander após protestos nas redes sociais. De acordo com artigo publicado no site El País, “na visão dos manifestantes, a mostra fazia apologia à pedofilia e zoofilia além de ser ofensiva à moral cristã”⁹. Na página oficial do Santander Cultural, no *Facebook*¹⁰, a instituição pediu desculpas à população que se sentiu ofendida, na medida em que “o objetivo do Santander Cultural é incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, e não gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia”.



Obras de Adriana Varejão (1994), Fernando Baril (1996) e Bia Leite (2013) foram alvos de polêmica e reacenderam o debate sobre arte e censura.

No dia 6 de setembro de 2017, Cesar Augusto Cavazzola Junior¹¹ publicou um texto, no site Locus, com o título “Santander Cultura promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre”. De acordo com Tavares e Amorim (2017), “dias antes, Cesar visitara, com três amigos, a exposição *Queermuseu*, no Santander Cultural, na capital gaúcha. Algumas das 263 obras da mostra sobre o universo Lésbico, Gay, Bissexual, Transsexual/Transgênero e *Queer* o chocaram”.¹² Cesar afirma em seu texto

⁸ Artigo publicado por G. Costa, 2017. Disponível em:

http://obviousmag.org/viver_a_deriva_e_sentir_que_tudo_esta_bem/2017/queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileiraliberdade-cultural-a-caminho-das-trevas.html.

⁹ Artigo publicado por Heloísa Mendonça, 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505394738_622278.html

¹⁰ Disponível em: www.facebook.com/SantanderCultural

¹¹ Advogado e professor de Direito. Autor dos livros “Manual de Direito Desportivo” (EDIPRO) e “Bacamarte” (GIOSTRI).

¹² Artigo publicado por Flávia Tavares e Daniele Amorim, 2017. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>.

que Gaudêncio Fidelis, o curador da exposição, “pode até ter doutorado em história da arte, mas certamente arte não é a sua especialidade, apenas confusão”¹³ (CAVAZZOLA JUNIOR, 2017). Ressalta, ainda, que “a tradição não tem qualquer papel numa sociedade a não ser oprimir desejos insaciáveis e estabelecer parâmetros normativos para enquadrar as pessoas em determinadas categorias” (CAVAZZOLA JUNIOR, 2017).

Conforme Tavares e Amorim (2017), Cesar discorreu em seu post sobre o que considerou “os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar”, sem imaginar o tamanho da repercussão que sua publicação causaria. Postagens e comentários contrários à exposição se alastraram, e “o debate na imprensa e na virtualidade de caixas de comentários e redes sociais se acirrou e se concentrou na questão dos limites da liberdade de expressão. No plano real, o embate envolveu ameaças, agressões e medo” (TAVARES e AMORIM, 2017). Ainda conforme eles:

“entre a postagem do advogado Cesar e a manhã de domingo, quando a direção do Santander decidiu encerrar a mostra, as caixas de e-mails de funcionários do banco passaram a ser inundadas por mensagens de repúdio ao conteúdo da *Queermuseu*. Algumas dezenas com o mesmo endereço de remetente, de entidades religiosas, por exemplo, mas com assinaturas diferentes. [...] Fontes reconhecem que a explosão virtual de barulho sobre o caso foi tamanha que dá a quase certeza de que tenha sido gerada por robôs. Na prática, isso quer dizer que as menções são fruto de pessoas reais reagindo a posts e notícias sobre o caso. Mas que para tanta gente ter conhecimento do assunto esses posts foram impulsionados por máquinas” (TAVARES e AMORIM, 2017).

Ainda de acordo com as autoras Tavares e Amorim (2017), grupos de *WhatsApp* também foram usados pelos grupos da sociedade civil se mobilizarem. Desta forma, o Movimento Brasil Livre¹⁴ também começou a se mobilizar. “Células do movimento em todo o país receberam avisos sobre a exposição e um foi repassando para o outro. Sem que nenhum membro do MBL (*sic*) visitasse a *Queermuseu*, eles decidiram espalhar o apelo pelo boicote ao banco” (TAVARES e AMORIM, 2017).

¹³ Artigo publicado por Cesar Augusto Cavazzola Junior, 2017. Disponível em: <<http://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/>>.

¹⁴ “O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”. Disponível em: www.facebook.com/mblivre.

Paula Cassol, coordenadora do Movimento no Rio Grande do Sul, afirma que não houve censura, e que a opção de fechar a exposição foi unicamente do Santander. Segundo ela, “em momento algum houve a coação do banco. Retiraram a exposição porque quiseram. Podiam ter tirado obras, poderiam ter censurado, podiam ter feito uma série de coisas e a opção (por fechar) foi do Santander”¹⁵ (CASSOL, 2017).

Cássio Oliveira¹⁶ (2017), disse que o cancelamento da exposição ocorreu porque “temos um contexto de pouco apreço à liberdade de expressão”. Segundo ele:

O resultado de toda essa polêmica e da decisão final foi censura. Não foi simplesmente um boicote. Ainda que a censura não tenha sido assumida como objetivo pelos que disseram que a mostra não deveria existir, isso já está implícito no simples fato de haver um salto entre afirmar que as obras são ruins ou que são criminosas e a ideia que você não deve exibir isso. O argumento possível é: essas obras são criminosas então não devem ser exibidas. No momento que esse argumento é desconstruído, porque é falacioso, a única coisa que resta é: essas obras me desagradam porque são provocativas, porque elas ferem valores meus, logo não deve ser exibida. Esse raciocínio, para mim, é um pensamento de censor (OLIVEIRA, 2017).

Maristela Basso¹⁷, em artigo publicado no site Estadão, refere-se à liberdade de expressão do pensamento como algo que conflita com os limites da razão e da sensibilidade, e que “quando isto ocorre, frequentemente, levantam-se vozes eloquentes em defesa do direito à liberdade de expressão em detrimento de valores importantes dos indivíduos, acarretando enormes e injustificáveis riscos aos costumes e à cultura jurídica”¹⁸ (BASSO, 2017).

Percepção a Respeito da Exposição

Para se chegar ao objetivo deste artigo, após a coleta dos dados secundários através da revisão de literatura, iniciou-se a fase de abordagem qualitativa. Essa etapa foi realizada por meio de entrevistas na Faculdade de Artes e Comunicação (FAC) da Universidade de Passo Fundo, tendo como amostra dois alunos de cada curso oferecido,

¹⁵ Artigo publicado por Paula Cassol, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/nao-vejo-censura-diz-coordenadora-do-mbl-sobre-fim-de-mostra/>.

¹⁶ Doutor em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁷ Professora de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (Faculdade de Direito do Largo São Francisco).

¹⁸ Artigo publicado por Maristela Basso, 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/queermuseu-a-liberdade-de-expressao-e-os-limites-da-razao-e-da-sensibilidade/>.

sendo eles: Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Música, Artes Visuais e Design Gráfico, totalizando 10 alunos, mais um total de oito professores. Para a escolha dos estudantes foi levado em consideração a quantidade de semestres letivos já realizados, um deles sendo iniciante do curso, e outro estando mais próximo da conclusão. A seleção dos professores se deu sob o critério de que os mesmos deveriam ministrar disciplinas relacionadas de alguma forma a estudos da arte.

Em entrevista, além da percepção a respeito do caso Queermuseu e suas obras que tornaram-se alvos de polêmica, foram abordados temas como o entendimento de cada um em relação ao termo “arte” e seus possíveis limites, censura e formas de repressão e a presença de crianças em eventos que contenham nudez, sexo e temáticas consideradas tabus.

Um dos pontos citados com mais frequência referente ao conceito de arte, consiste em dizer que ela é uma forma de expressão, relacionada com a sensibilidade e humanização, aquilo que o “artista” quer mostrar para o mundo, que também pode ser uma forma de manifestação ou protesto. E se por um lado alguns acreditam que tudo que o ser humano cria pode ser considerado arte, sendo ela uma pequena criação realizada na cozinha de sua casa ou um grande obra, também foi identificada certa relação com gostos pessoais para esta classificação, onde o entrevistado afirma que se a obra não for de seu gosto pessoal, ele não a considera como arte.

No que diz respeito à censura da arte, embora todos os participantes tivessem relação direta com o meio artístico, a palavra “limites” apareceu muitas vezes, abrindo uma margem para que a repressão possa acontecer. Entretanto, prevalece o ideal de que nenhuma forma de expressão deve ser censurada, uma vez que tem relação com a liberdade e o rompimento do moralismo.

Analisando a exposição Queermuseu em específico, a maioria dos entrevistados já possuía conhecimento do caso e alguns afirmaram inclusive terem buscado se aprofundar a respeito de obras e artistas que estavam presentes antes de se posicionarem a respeito. Destes, todos foram contra o ato de censura e fechamento da exposição, utilizando como principais argumentos a ignorância dos manifestantes a respeito do contexto das obras, fanatismos e reacionismo para com as coisas novas. Após apresentação das obras que foram alvo de maiores críticas, os pontos abordados giraram em torno de que apesar de ser um assunto polêmico, ao contrário de ser censurado,

exige ser debatido. Houve uma percepção geral de que a exposição não se trata de apologias, mas sim, uma retratação de algo que está presente em nossa sociedade, e existe, mesmo que algumas pessoas não queiram ver. Apesar de serem obras que não são facilmente entendidas por todo o tipo de público, existe a necessidade de ser analisado todo o contexto e deixar a intolerância de lado.

Em relação a presença de crianças em eventos que contenham nudez, cenas de sexo e temáticas como a de zoofilia e pedofilia, houveram declarações de que elas geralmente ainda não tem entendimento sobre certos temas abordados, o que poderia interferir em sua própria formação. Portanto, sua participação em intervenções artísticas com obras mais polêmicas deveria ser evitado. Uma estratégia mencionada é classificação etária por parte do órgão responsável pela exposição. Entretanto, a maior parcela afirma não ver motivos para evitar que crianças visitem estes locais, desde que, acompanhada por alguém que possa lhes explicar o que aquilo representa, sendo importante a educação e introdução a esse tipo de temática desde cedo.

Considerações Finais

A partir da pesquisa referencial e da entrevista de profundidade, conclui-se que os principais fatores que desencadeiam a censura são historicamente os mesmos: moralismos, preconceitos e intolerâncias religiosa e política. A cena se repete - mudam os protagonistas e o contexto, mas a raiz da intolerância segue presente. O julgamento daquilo que é novo e gera um estranhamento ainda é muito grande. Entretanto, faz-se necessário uma linha de separação entre o “não gostar” e o “censurar”.

Percebe-se que antigos dogmas e tabus ainda se fazem presentes na sociedade, reforçados pelo senso comum e pela falta de sensibilidade em procurar entender o contexto histórico e cultural para fundamentar argumentos, principalmente no que diz respeito à arte. Numa sociedade dita democrática, gostos pessoais misturam-se a opiniões pessoais e ganham força em discursos moralistas, o que faz com que permaneça viva essa discussão sobre censura. Entretanto, é evidente que há um público desconstruído, e que não se baseia somente em acontecimentos de seu cotidiano para emitir suas opiniões. Estes buscam unir os fatos a dados científicos e pensamentos que vêm de diversos campos sociais – sociologia, história, filosofia –, e procuram estar cientes de que a arte, para além destas áreas, vai de encontro a algo mais espiritual e

humanizado, e entende que dogmas e intolerância são apenas barreiras que devem, sim, serem enfrentadas – principalmente através da arte.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Fellipe Eloy Teixeira. Censura e transgressão na arte contemporânea. **Palíndromo**, v8, n. 15, p.42-57, jan/jun. 2016. Disponível em <www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/7032>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. **Apostila de Arte – Artes Visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007.
- BARROS, Juliana Oliveira Cavalcanti; CASSOL, Paula Dürks; SILVA, Roberta Cristina Eugênio dos Santos. **Queermuseu: Os perigos da censura e do avanço conservador para a democracia**. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/queermuseu-censura-avanco-conservador-democracia/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- COSTA, G. **Cartografias da Diferença na Arte Brasileira...Liberdade Cultural a Caminho das Trevas**. 2017. Disponível em: <http://obviousmag.org/viver_a_deriva_e_sentir_que_tudo_esta_bem/2017/queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileiraliberdade-cultural-a-caminho-das-trevas.html>. Acesso em: 9 nov. 2017.
- BASSO, Maristela. **Queermuseu: a liberdade de expressão e os limites da razão e da sensibilidade**. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/queermuseu-a-liberdade-de-expressao-e-os-limites-da-razao-e-da-sensibilidade/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.
- CAVAZZOLA JUNIOR, Cesar Augusto. **Santander Cultural promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre**. 2017. Disponível em: <<http://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- CALDEIRA, Alfredo. A censura a que temos direito. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 12, p. 9-18, 2008. Disponível em: <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n12-a-censura-a-que-temos-direito.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- CORREIA, Vitor. **Discriminação E Intolerância Na Arte**. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/arf/article/view/18375>>. Acesso em: 21 out. 2017.
- FABRIS, Annateresa; FABRIS, Mariarosaria. A Função Social da Arte: Cândido Portinari e Graciliano Ramos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Edusp, n. 38, p. 11-19, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71350>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.5, p.251-86, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

GABELLIERI, Paula. **A Relação Entre Arte e Moral: O Moralismo Moderado de Noël Carroll**. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3483/1/ulfl081911_tm.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. “**Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu**”. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>. Acesso em 9 nov. 2017.

BASSO, Maristela. “**Queermuseu: a liberdade de expressão e os limites da razão e da sensibilidade**”. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/queermuseu-a-liberdade-de-expressao-e-os-limites-da-razao-e-da-sensibilidade/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

MADEIRA, Angélica. **Arte e política em contexto autoritário. Brasil – Brasília, 1967-1984**. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/arquivos/AngelicaMADEIRA-Artepoliticaemcontextoautoritario.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

MARTINS, André Felipe Pereira. **Censura política no regime militar: relação entre imprensa e estado no governo Haroldo Leon Peres (1971)**. 2016. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43419/TCC%20CENSURA%20POLITICA%20NO%20REGIME%20MILITAR%20-%20Andre%20Martins%20%28final%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. **Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu**: De um post de um site local, a controvérsia sobre a mostra em Porto Alegre se converteu num movimento de ameaças. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MENDONÇA, Heloísa. **Caso Queermuseu mostra que são tempos de intolerância. Da direita, mas também da esquerda**: Fechamento prematuro da mostra só foi possível por um contexto de pouco apreço à liberdade de expressão, diz especialista. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505394738_622278.html>. Acesso em: 8 nov. 2017.

SPERB, Paula. ‘**Não vejo censura**’, diz dirigente do MBL sobre fim de mostra: Paula Cassol argumenta que encerramento da exposição foi resultado de uma ‘revolta popular’. A ativista não visitou a mostra no Santander Cultural. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/nao-veja-censura-diz-coordenadora-do-mbl-sobre-fim-de-mostra/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

VENTURI, Eliseu Raphael. **Em uma democracia, a arte possui plena liberdade e apoio de provocar**. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/02/em-uma-democracia-arte-possui-plena-liberdade-e-apoio-de-provocar/>>. Acesso em: 1 nov. 2017.